



## ***Entre Mangues e Guarás: O Turismo de Base Comunitária na Ilha do Lençóis em Cururupu (MA)***

### ***Among Mangroves and Guarás: Community-Based Tourism on Ilha do Lençóis in Cururupu (MA, Brazil)***

Cíntia Raquel Soares Pinheiro, Luiz Eduardo Simões de Souza

**RESUMO:** Esse texto se pauta em um estudo realizado na Ilha dos Lençóis em Cururupu (MA), região composta por manguezais e praias, onde vive uma comunidade de pescadores artesanais. Institucionalmente, a ilha faz parte da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Cururupu que resguarda grande potencial ambiental e turístico, assim, analisamos a consecução do projeto "Turismo de Base Comunitária (TBC) na Ilha dos Lençóis", apoiado financeiramente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre os anos de 2011 a 2017, buscando entender a aproximação entre a teoria e a prática. Nos amparamos na etnografia, fazendo uso da metodologia de observação participante *in loco* e análise dos dados fornecidos através de entrevistas por interlocutores-chave. Os resultados demonstram que, mesmo em estágio inicial e ao findar dos aportes financeiros obtidos pelo edital de financiamento, o TBC tem se mostrado promissor e fortalece a participação ativa da comunidade que adotou a iniciativa como uma forma complementar de renda, ao mesmo tempo em que valoriza e conserva os bens naturais e a cultura local.

**PALAVRAS CHAVE:** Turismo de Base Comunitária; Ilha dos Lençóis; Povos e Comunidades Tradicionais. Maranhão.

**ABSTRACT:** This text is based on a study conducted on Lençóis Island in Cururupu (MA, Brazil), a region composed of mangroves and beaches, where a community of artisanal fishermen resides. Institutionally, the island is part of the Marine Extractive Reserve (RESEX) of Cururupu, which safeguards significant environmental and tourist potential. Therefore, we analyzed the implementation of the project "Community-Based Tourism (CBT) on Lençóis Island," financially supported by the United Nations Development Programme (UNDP) between 2011 and 2017, aiming to understand the alignment between theory and practice. We relied on ethnography, utilizing the methodology of on-site participant observation and data analysis provided through interviews with key informants. The results demonstrate that, even in the initial stage and at the end of the financial contributions obtained through the funding call, CBT has proven to be promising and strengthens the active participation of the community, which has embraced the initiative as a complementary source of income while simultaneously valuing and preserving natural and local culture.

**KEYWORDS:** Community-Based Tourism; Lençóis Island; Traditional Peoples and Communities. Maranhão.

## Introdução

O *locus* espacial deste estudo, a Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA, possui cerca de 560 hectares circunscritos em 14 quilômetros de perímetro, localizada no arquipélago de Maiaú. Um terço dessa área é constituído por manguezais e o restante de praias, com dunas de areia branca, acessíveis apenas por via marítima. Os habitantes da comunidade são pescadores artesanais. Institucionalmente, a ilha faz parte da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses (APA), do Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás e da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Cururupu-MA (SILVA, 2004; MMA, 2017).

As Resex são Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, que existem para proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais que ali residem, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, complementado pela agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. Sua gestão se dá por instrumentos delineados no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e pelo Conselho Deliberativo, que permite a implementação de estruturas, realização de pesquisas científicas e a visitação pública, desde que compatíveis com os interesses locais, propiciando a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações tradicionais, sem maior interferência em suas características intrínsecas (BRASIL, 2000; COSTA, 2015).

A Resex de Cururupu foi instituída no ano de 2004, com vistas a garantir o controle territorial, o patrimônio pesqueiro e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis da área. Nos primeiros diálogos, os residentes preocupavam-se com a pesca desordenada em caráter industrial exercida por pescadores de outras localidades. Contudo, as potencialidades da área para uso turístico já constavam nos laudos para a criação da unidade, conforme apontado por Pereira (2007, p.169) “Esta zona úmida possui características naturais notáveis, com alto valor ambiental e turístico”.

Tais características fundamentaram o projeto “Turismo de Base Comunitária (TBC) na Ilha dos Lençóis na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu”, desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e amparado financeiramente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do edital PNUD BRA/08/023. A pesquisa que subsidiou essas notas, teve por objetivo analisar a experiência em curso entre os anos de 2011 a 2017. Procuramos compreender a aproximação entre a teoria e o que efetivamente ocorre na prática. Constatamos que, embora embrionária, a experiência foi adotada pela comunidade, que viu no turismo uma forma de complementar a sua renda concomitante à preservação dos recursos naturais e culturais da Ilha dos Lençóis (ALVITE, *et al.*, 2014; PINHEIRO, 2017).

## O território como ambiente do desenvolvimento

Dois teóricos conhecidos por estudos pautados em grandes apanhados históricos são Karl Polanyi (2012) e Norbert Elias (1993). O primeiro evidenciou que o homem é um ser social e a mudança para uma sociedade submersa no sistema econômico foi um desenvolvimento novo, em que as relações sociais se

fundaram na acumulação. O segundo desenvolveu um programa de pesquisa em que constatou que o indivíduo e as sociedades sofrem (até os dias de hoje) um processo civilizador, processo este que não é linear, planejado e tampouco foi obra de um único indivíduo ou de grupos isolados. Ambos utilizaram a História para compreender o que acontece no presente e preparar as bases da construção teórica do futuro, pois a História constitui a substância do território em sua dimensão temporal (BARROS, 2020, p. 462). Esta confere-lhe não apenas o espaço, mas as tessituras das relações de poder que lhe concernem.

Nesse sentido, não consiste apenas no ambiente, mas na ambiência dos fatos, eventos, fenômenos e processos que rendem a História. Toda História se dá em um território, seja ele espaço físico ou um *lócus* conceitual. Ao longo da escala temporal, ela transita por relações que, em última instância, refletem poder. Encontra seus limites necessariamente em outros territórios. Assim, a história constrói seus recortes a partir de territorialidades e/ou temporalidades. Cronológico ou territorial, o recorte se dá em caráter concreto e passível de objetividade. Por exemplo, é mais do que reconhecível a ruptura entre o mundo anterior a 1945 do posterior<sup>i</sup> à “Era da Catástrofe”, em múltiplos aspectos das relações sociais que necessariamente envolvem poder (HOBSBAWM, 1995).

Modelos econômicos, independente dos desejos de seus entusiastas, têm seu teste definitivo na História. É nela que se veem seus desdobramentos e consequências de curto e longo prazos. Para isso, a economia, a história, as ciências sociais e humanas precisam dialogar. Mesmo as disciplinas que tentam manter um “status científico” priorizando análises quantitativas em detrimento de pesquisas empíricas e qualitativas, precisam abandonar seus casulos se quiserem alcançar alguma profundidade em discussões como a do desenvolvimento, por exemplo (SEWELL, 2017).

Compreender o desenvolvimento é uma tarefa que precisa ser empreendida para além das políticas macro e microeconômicas, uma vez que, nas palavras de Furtado (1974, p. 321) “Somente a análise econômica não nos pode dizer por que uma sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo”. No caso particular do Brasil, historicamente temos um dimensionamento econômico internacionalmente periférico e pautado internamente na concentração de terras, de bens de produção e mais recentemente, também no capital financeiro, que resultam em uma sociedade profundamente desigual e em forte prejuízo ambiental, acarretando, no passado, na instituição da escravidão e no genocídio indígena/quilombola e, na contemporaneidade, na desestruturação e extinção de inúmeras comunidades tradicionais e na migração compulsória e desordenada do trabalhador do campo para a cidade, alterando sensivelmente a distribuição demográfica e comprometendo os ecossistemas (ALMEIDA; 2004, 2005).

Portanto, o reconhecido atraso brasileiro na implementação de uma agenda consolidada de proteção ao meio ambiente em um cenário internacional também não muito animador, está associado a um processo de desenvolvimento o qual, segundo Fernandes (1975), foi estruturado a partir de um conjunto de determinações relacionadas à herança colonial, à posição dependente do Brasil no capitalismo internacional e à composição social nacional resultante dessa incorporação do país na economia global. Segundo o autor, essas determinações nos legaram uma economia dimensionada pelo latifúndio

exportador de *commodities* e, sobretudo a partir da década de 1930, a um processo de industrialização tardio e acelerado em substituição às importações (FURTADO, 1975).

No percurso do tempo, os problemas derivados da industrialização e urbanização – poluição, êxodo rural, inchaço das cidades, queda da qualidade de vida, etc. – viriam a colocar em xeque a concepção de crescimento econômico voltado à acumulação, o que conduziu os teóricos do desenvolvimento à uma abordagem cada vez mais plural e multicultural. A partir dessas discussões, surge a gênese da noção de Desenvolvimento Sustentável e a criação de territórios protegidos que não emergem de maneira espontânea. Os desdobramentos, recortes e escalas insurgem por esferas elucidadas por Brandão (2007, p.33) “Nenhum recorte espacial é natural, como querem os conservadores. As escalas são construções históricas, econômicas, culturais e políticas” (NUNES *et al.*, 2023).

Com o propósito de reverter desigualdades e promover um desenvolvimento auto sustentado, a pluralidade e abrangência das estratégias de desenvolvimento em territórios vão do global – e com maior difusão – ao local, constituindo-se em vasta literatura. Brandão (2007), tece uma crítica ao que denomina de “banalização ao debate do desenvolvimento” engendrado por um “localismo excessivo” que desconsidera os enquadramentos e hierarquias das esferas superiores.

Ou seja, os microprocessos e as micro-decisões dos atores do lugar não podem solapar os macroprocessos e as macro-decisões. O que de fato ocorre é que esses povos doravante negligenciados e desterritorializados, encontram-se em processo de lutas e embates pelo protagonismo de seus modos de vida e de produção, seguindo preceitos por eles determinados embora sofram com as consequências do avanço de medidas neoliberais que colocam em xeque as políticas de proteção social e ambiental<sup>ii</sup>.

Centrada em diversos aspectos que unem os atores de um território, a Teoria do Desenvolvimento Local é fundada pela Teoria do Desenvolvimento Endógeno que é definida por Vásquez Barquero (2002 p. 39) “[...] como uma estratégia para a ação”. Sendo assim, a comunidade<sup>iii</sup> local é a força motriz deste tipo de desenvolvimento. É a comunidade que pretende alcançar um patamar mais elevado, utilizando seus próprios recursos e em seus próprios termos.

A esse respeito, Dowbor (2006, p. 03), aborda a emergência de uma nova cultura do desenvolvimento que tem surgido através de experiências espalhadas pelo mundo e reforçadas por estudos acadêmicos que as examinam e lhes conferem fortes argumentos a respeito de suas possibilidades e aspectos positivos. As comunidades deixam de adotar uma postura inerte confiando que algo será feito, elas abdicam do posto de receptoras passivas de decisões longínquas. Complementando: “O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos”.

Muitas delas situadas em locais de grande beleza natural e cultural, acabam por utilizar o turismo como alternativa para o desenvolvimento e incremento de sua renda. Sansolo e Bursztyn (2009, p. 152) apontam “[...] um potencial vínculo entre as questões relativas à atividade turística e à conservação

ambiental”. Uma vez que 80% das experiências de TBC mapeadas no Brasil se deram nas proximidades ou no interior de áreas protegidas, além de estarem com frequência assentadas em áreas como ilhas, praias, manguezais, florestas, margens de rios, restingas e etc.

O impulso mais imediato de um economista ao abordar o Turismo é classificá-lo como uma relação produtiva. No entanto, trata-se de uma atividade social e econômica em que uma parte decide empregar recursos com vistas a adquirir algo que considera um benefício. Mas o que se adquire com o Turismo? Em primeiro lugar, o acesso. Por acesso, entende-se já de entrada a questão territorial. Paga-se para se obter o acesso a um lugar. Nesse ponto, a questão territorial assume sua definição Raffestiniana de “lugar de poder” e se torna determinante de uma relação de poder. O acesso ao território, ele mesmo se torna uma mercadoria constituinte da mercadoria-turismo. Mesmo o acesso ao conhecimento sobre o lugar pode ser transformado em mercadoria (SOUZA, 2012).

### **Materiais e métodos**

Existe, então, o escopo das condições em que tal acesso ocorre. Para os economistas, o “Universo dos Serviços” no qual o Turismo é situado por estes. Mas há também a questão dos recursos despendidos para a manutenção dessa “economia de serviços”, que envolve, não apenas custos fixos, mas também custos de oportunidade ambientais. Observando do lado da demanda, trata-se apenas de “repor” os custos, ou existe um benefício maior do que o usufruto desses recursos?

Um bom exemplo dos limites desse questionamento é o próprio TBC, no qual o turista vai, deliberadamente, realizar uma imersão em uma cultura distinta da sua. Até que ponto é possível auferir benefícios dessa atividade? O que as comunidades entendem por desenvolvimento? O que realmente desejam ao utilizar as diretrizes do TBC, que no projeto em questão estão delineadas como: partilha dos benefícios, transparência, gestão comunitária, conservação socioambiental, valorização da cultura local e vivência? Essas perguntas transitam sob a superfície das dúvidas mais imediatas deste estudo empírico (CNPT, 2012).

Para tentar respondê-las, considerou-se na pesquisa o eixo epistêmico da dimensão espacial onde a categoria “território” compõe-se de: Natureza *mais* cultura *através* das relações de poder e a tríade conceitual: território, territorialidades e processos de territorialização (ESCOBAR, 2005; HAESBAERT, 1997; PORTO-GONÇALVES, 2005). Para o alcance dos objetivos propostos, a primeira fase do trabalho foi amparada por pesquisa bibliográfica e documental, através de materiais já elaborados como: livros, artigos científicos, teses de doutorado recentes sobre o tema (principalmente no Brasil e na América Latina), sites (específicos e governamentais) e instrumentos normativos, com o objetivo de fundamentar o referencial teórico da pesquisa.

A pesquisa empírica foi subsidiada pela etnografia, com trabalho de campo e observação-participante realizada na Ilha dos Lençóis entre os dias 08 e 19 de outubro de 2016. Tratou-se de uma investigação das experiências com levantamento *in loco*, cujo planejamento foi flexível durante o trabalho de

investigação, estimulando novas descobertas (GIL, 2008; LITTLE, 2009; PEIRANO, 2014). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a aplicação de questionários semiestruturados, entrevistas roteirizadas junto aos gestores públicos, privados e lideranças locais contendo perguntas abertas e fechadas, de acordo com a realidade da comunidade da Ilha dos Lençóis. As respostas obtidas através dos questionários foram categorizadas e tabuladas em planilhas eletrônicas. As perguntas que permitiam mais de uma resposta foram analisadas de acordo com a frequência em que foram citadas.

As questões abertas e o conteúdo coletado por meio das entrevistas junto aos gestores e lideranças locais foram tratadas descritivamente através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Por fim, empregou-se a estratégia de *triangulação de métodos*, combinando os elementos dispostos no referencial teórico, nos documentos, das análises de conteúdo, dos questionários, da observação participante e dos cadernos de campo, com o objetivo de alcançar com maior profundidade a complexidade do objeto em questão (FLICK, 2005).

## Resultados e discussões

Comunidades tradicionais inseridas em UCs tem seus direitos<sup>iv</sup> como a posse do território e liberdade para exercer seus modos de vida, assegurados. Na Ilha dos Lençóis a pesca é a principal atividade econômica. É a pesca que sustenta suas vidas, o comércio gira em torno da pesca e a RESEX foi instituída, também, para assegurar o modo de vida tradicional ameaçado por barcos industriais provenientes de estados como o Ceará e o Pará. Esta atividade explorada em escala industrial por outros estados estava dirimindo o patrimônio natural e afrontando as comunidades tradicionais que trabalhavam de modo sustentável, em baixa escala, respeitando, na medida do possível, os ciclos de reprodução (BRASIL, 2000; MMA, 2017; PEREIRA; TEIXEIRA, 2016).

Estudos realizados em comunidades tradicionais que economicamente se mantêm da pesca artesanal, apontam que a família é o núcleo difusor da organização social. Na Ilha dos Lençóis este fato pôde ser constatado pelas palavras de uma liderança comunitária coletadas durante a pesquisa de campo: *“aqui, todo mundo é de uma família só”*. Ocorre, então, uma divisão do trabalho em termos de integrantes da família. Dá-se em função de gênero, idade e condições físicas. Habitualmente o homem é o responsável pela gestão dos recursos financeiros oriundos da venda do pescado e pela sociabilidade comunal, mas cabe à mulher o papel de gerir os recursos advindos dos programas sociais, como o Bolsa Família (MMA, 2017).

Em estudo da Cepal (2012) foi analisado o fato de que os programas de transferência de renda centralizam os recebimentos dos benefícios na mulher. Esse fenômeno é chamado de “maternalismo social” e transforma as mulheres em instrumentos da política social, corresponsáveis pela gestão familiar. Inserido no Macroprograma Brasil Sem Miséria<sup>v</sup>, as famílias que recebem o Bolsa Família precisam atender a condicionalidades como frequência escolar das crianças e acompanhamento de saúde. No Brasil, tais programas são cercados por preconceitos e desconhecimentos de uma parcela da população que alega que o programa tem um viés político e não social (PINHEIRO, 2017).

Contudo, o repasse sistemático de Programas de Transferência de Renda auxilia no desenvolvimento socioeconômico de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. Além dos Programas de Transferência de renda e da pesca, a comunidade utiliza o TBC como atividade econômica. No ano de 2011 surgiu o projeto coordenado e executado pelo ICMBio na figura do Centro Nacional Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e amparado financeiramente pelo projeto PNUD/BRA/08/023 - Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental.

O tema inicial “Populações Tradicionais – Projeto de Ecoturismo<sup>vi</sup> de Base Comunitária”, teve por objetivo “elaborar uma proposta de ecoturismo de base comunitária na Ilha dos Lençóis, na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, servindo como experiência piloto e base para aplicação em outras comunidades da RESEX com vocação para o Turismo” (CNPT, 2012). Com o intuito de ordenar<sup>vii</sup> a visitação que já ocorria, especialmente na Ilha dos Lençóis, a comunidade contou com o apoio institucional do ICMBio que adotou uma metodologia de gestão participativa sob a coordenação de Carolina Alvite enquanto gestora do CNPT. Inicialmente, segundo Alvite e Silveira (2011), o projeto deveria ser executado em quatro etapas, a saber:

- I. Inventário e diagnóstico do potencial ecoturístico;
- II. Definição dos mecanismos de gestão do ecoturismo em RESEX e intercâmbio com outras redes de ecoturismo de base comunitária;
- III. Elaboração de estudo de viabilidade econômica e plano de infraestrutura;
- IV. Capacitação dos comunitários.

Ainda no ano de 2011 foi realizado um seminário para discutir o TBC na RESEX de Cururupu de forma coletiva. No entanto, devido ao sucesso da iniciativa, outras UCs manifestaram interesse de participar da discussão, tornando-o de abrangência nacional e contando com a presença de doze estados brasileiros. A abrangência de metodologias e diretrizes do TBC em UCs foi um dos pontos discutidos pelos comunitários e gestores, fato este que permitiu que esse seminário fosse uma fonte de troca e geração de conhecimento a partir das experiências existentes nas diversas regiões, ecossistemas e diferentes categorias de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (ICMBio, 2018).

Após o seminário, ocorreu na ilha uma oficina com objetivo de apresentar o que foi debatido para os comunitários que não estavam presentes, os resultados do inventário participativo e o produto chamado de “Pesca Acompanhada”, elaborado em conjunto com a comunidade da Ilha dos Lençóis e os analistas do ICMBio para ser comercializado enquanto produto turístico (PINHEIRO, 2017).

No ano de 2012, foi realizado um intercâmbio no Ceará entre os dias 06 e 10 de fevereiro, composto pela coordenação do CNPT/ICMBio e o grupo de trabalho, com o objetivo de conhecer a realidade do TBC gerido pela Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM)<sup>viii</sup> no estado. Tal intercâmbio

proporcionou que os comunitários identificassem os gargalos da atividade na Ilha dos Lençóis como uma das etapas para a implementação do TBC na localidade.

No ano de 2013, seriam elaborados estudos técnicos de viabilidade utilizando os dados do Inventário Participativo, bem como um plano de marketing para orientar o ordenamento da visitação na ilha e definir a capacidade de carga. No entanto, tais etapas não foram concluídas por questões financeiras. O projeto não teve continuidade, mas o TBC continua ocorrendo no território. Durante a pesquisa, colheu-se informações com o gestor da RESEX de Cururupu, Eduardo Borba, ator importante para a compreensão do objeto de estudo. Ao ser questionado sobre os principais entraves para a exploração do TBC na Ilha, respondeu:

Eu acho que essas esferas públicas pouco conversam, então se tu fores lá na Secretaria de Estado do Turismo talvez eles não saibam nem que essa ilha é uma reserva extrativista, se tem um órgão gestor que trabalha na Ilha de Lençóis, talvez eles não saibam, não é? Então a gente também tem essa dificuldade [...] acho que teria que se trabalhar nessas esferas públicas, sabe? **O município que converse com o estado e possa pleitear alguma coisa com o governo federal** ou coisas nesse sentido, porque eles são parte do município que está lá dentro, eles são cidadãos de Cururupu e Cururupu não tem um, ou pelo menos até hoje não teve um olhar para isso, para o turismo das suas praias. Então fica faltando um ator nessa história toda (ENTREVISTA, 2017. Grifo nosso).

Percebe-se que há um duplo entrave em iniciativas de fomento ao TBC, o primeiro diz respeito a ausência do poder público que deixa a desejar em relação a requisitos básicos de cidadania para os residentes na comunidade (educação, trabalho, saúde e saneamento básico). O segundo a questões como: infraestrutura de transporte, capacitação, engajamento coletivo, abertura para financiamentos e marketing promocional (ENTREVISTAS, 2016, 2017).

A deficiência de informações acaba por deslocar o turista para outras localidades cujo marketing promovido pelo Governo do Estado e pelo trade são mais intensos. A comunidade possui acesso precário à internet e isso dificulta a divulgação dos meios de hospedagem e da própria Ilha enquanto destino turístico. Existe uma agência de viagens externa que articula toda a logística juntamente com o turista e a comunidade fica responsável por recebê-lo. Segundo as diretrizes do TBC, a comunidade deveria ser a responsável por esse processo. Eduardo Borba reitera:

“Eles não pedem autorização e todo o ganho fica com eles e com quem recebe na comunidade, o que na verdade é contra o objetivo do turismo de base comunitária, que teria que ter um setor da comunidade, ou um gerente que pudesse estar recebendo uma parcela e pagando quem está fornecendo todo tipo de serviço.” (ENTREVISTA, 2017).

Tais fatores poderiam promover uma atividade autossustentada, com o protagonismo das populações locais. Essas questões foram levantadas por Brandão (2014, p. 45) ao analisar projetos financiados pelo Ministério do Turismo (MTUR) no ano de 2008. Segundo a autora: “Sabe-se que a construção do processo participativo inclusivo, que desenvolva nos atores a consciência da autonomia, é, de fato, lenta. Ainda mais se a população local não tiver nenhum histórico de protagonismo frente à tomada de decisão nas questões endógenas”.

Problemas de descontinuidade dos projetos de TBC em curso no Brasil poderiam ser diminuídos se, primeiramente, a comunidade fosse capacitada e estimulada para exercer seu protagonismo e autonomia, livrando-se da dependência advinda exclusivamente de recursos externos e da insustentabilidade de iniciativas após o período de financiamento, como ocorreu com alguns projetos amparados pelo MTUR (BRANDÃO, 2014; FABRINO, 2013).

Esse tipo de intervenção não deve ser executado a esmo, é necessário qualificação, planejamento e estratégias bem articuladas para que se possa lograr êxito. Para tanto, “[...] a geração de conhecimentos sobre a realidade local, e a promoção de uma atitude proativa para o desenvolvimento, fazem parte evidente de uma educação que pode se tornar em instrumento científico e pedagógico da transformação local” (DOWBOR, 2006, p. 14).

Neste contexto, a capacitação profissional traz como resultado a habilitação para o exercício e gestão de alguma atividade, quer dizer, dota o indivíduo de um conjunto de conhecimentos que atestam a possibilidade de execução do TBC de forma autônoma. Ruschman (1993, p. 64) corrobora “[...] que se capacitem os recursos”. Questionado sobre o que significava a Ilha dos Lençóis fazer parte do Polo Turístico Floresta dos Guarás, uma liderança deu o seguinte depoimento.

“Olha, significa **trabalho, estudo, pesquisa**. Todo laudo da parte técnica, não é? E também a prática de cada um de nós. Cultura e raízes. Essa diversidade.

Entrevistadora: E esses laudos da parte técnica, me explica.

**Aqui a capacitação nossa, nós precisamos de apoio** porque a gente, às vezes, é uma integração da gente, no caso, com as pessoas que chegam. **Os que chegam, eles nos orientam. Eles sabem que a gente precisa mesmo e vão dando suas ideias.** E a gente captando, pescando cada uma, aí vai juntando (ENTREVISTA, 2017. Grifo nosso).

De fato, através da oralidade, os comunitários absorvem conhecimentos e informações sobre a atividade turística e questões mais globais como o cenário político. Mostram-se muito receptivos ao diálogo com “*os que chegam*”, o que, apesar de promover uma importante troca, não substitui o conhecimento obtido por cursos de capacitação com metodologias apropriadas de ensino para o exercício da atividade turística. Cordioli (2011) nos diz que ao colocar os indivíduos como sujeitos do processo, desloca-se o eixo do poder, implicando em novas capacidades de decisão, desenvolvendo-se a confiança mútua entre os diversos segmentos e atores envolvidos.

Ademais, o questionamento realizado nas entrevistas para compreender o que falta para o efetivo desenvolvimento do TBC apresentou respostas como a capacitação dos recursos humanos, articulação e diálogo entre os atores e engajamento comunitário. Em entrevista para essa pesquisa, Eduardo Borba informou que a metodologia utilizada pelo projeto de TBC na Ilha dos Lençóis formou um grupo de trabalho com os comunitários que participaram do “Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária nas Reservas Extrativistas” e que já atuavam no turismo.

Na opinião do gestor, este fato ensejou um sentimento de exclusão por parte dos demais moradores que não participaram, algo que também foi constatado na pesquisa empírica. O protagonismo social é um processo longo e gradual no qual o ator pode efetivamente exercer seu poder de participação, influência em decisões e mobilizações, que resultam no sentimento de pertencimento e engajamento em lutas. De acordo com uma liderança comunitária, existem alguns fatores responsáveis pelo sentimento de exclusão de alguns e diluição dos laços de união na comunidade, que seriam a precariedade dos serviços públicos, que resulta em migração para outros municípios e o advento da energia 24 horas, que fez com que as pessoas passassem mais tempo assistindo TV em vez de conversando nas portas de suas casas (ENTREVISTA, 2017).

Contudo, faz-se necessário relativizar alguns conceitos e explorar mais profundamente essas questões para compreender se efetivamente há tal diluição, visto que na RESEX, há várias associações e as reuniões do Conselho Gestor sempre resultam em demandas que são, na medida do possível, sanadas conjuntamente. De fato, comunidades tradicionais parecem mais propensas ao engajamento coletivo e ajuda mútua. Porém, como todo grupamento de seres humanos, conflitos e dinâmicas internas e externas contribuem para posturas individualistas e distanciamentos.

No ano de 2016 em pesquisa de campo, os pescadores estavam se mobilizando para pleitear o Seguro Defeso, organizando-se e planejando viagens a Cururupu e São Luís, para que tivessem acesso a esse direito. Outra mobilização, de caráter semelhante, aconteceu em meados de 1993, para criar a UC. Segundo uma das lideranças da comunidade: “Não foi fácil lá em Brasília criar uma RESEX dentro do Município de Cururupu. Foi muita luta” (ENTREVISTA, 2017). Percebeu-se uma cultura estabelecida de mobilizações conjuntas em prol de um objetivo comum. Observou-se também a formação e atuação de lideranças locais atuantes na ilha, que tomariam a frente, mobilizando os demais na defesa de seus direitos, com um alto grau de consciência social. Há o exemplo de uma liderança local, que durante a entrevista ao falar sobre as condições de vida, quando perguntado: “E se aqui tiver saúde, educação e emprego?” afirmou “Ninguém ia sair.” (ENTREVISTA, 2017).

O sentimento de pertencimento e territorialidade é perceptivelmente forte na Ilha dos Lençóis. Os moradores pensam em sair apenas por não verem outra alternativa. Notou-se um sentimento de “expulsão do seu lugar”. Pereira (2007, p. 31) já havia questionado os ilhéus sobre a vontade de emigrar em busca de melhores condições de vida e através de relatos orais, constatou que há de quem

já partiu, o desejo de voltar, principalmente porque nas cidades prevalece a individualidade: “lá, é tudo no dinheiro, aqui não, um ajuda o outro”.

Tal situação causa uma circulação de moradores entre a ilha e o continente, sendo que muitas vezes, o retorno destes moradores só acontece por conta de situações limite (PEREIRA, 2007). Identificou-se outro ponto sensível, a questão da saúde. A assistência à comunidade fica por conta do enfermeiro que atende a população quinzenalmente no Centro de Saúde e dos agentes comunitários, responsabilidade municipal. Há ausência de medicamentos<sup>ix</sup> básicos até mesmo para tratar dores e febre. Vários interlocutores relataram experiências negativas sobre os serviços de saúde. Uma delas expôs espontaneamente em entrevista questões particulares:

A saúde também está esquecida, porque só vem o auxiliar de Enfermagem, que é uma ótima pessoa, dá atenção para a gente, mas não é o suficiente, não é? A gente precisa fazer os exames, não é? Então não tem como porque os médicos vêm, passa só um meio-dia. quando eles chegam de manhã, meio-dia vão embora. Então, não tem... A gente não tem recurso sobre a saúde. A gente tem que fazer tudo lá em Cururupu. Tudo longe. Não vem um dentista [...] E quando vai daqui, é muito longe. Tem que marcar ficha de madrugada. Então, fica muito contramão para a gente (ENTREVISTA, 2017. Grifo nosso).

Evidenciou-se na análise de conteúdo que os comunitários se sentiam negligenciados pelo poder público, que além de não atenderem os direitos básicos dos cidadãos, interferiam na dinâmica turística. Segundo Eduardo Borba:

O turista quando chega em um local desse ele fica inseguro, por exemplo, ele está há 6 horas de um continente mais próximo, onde ele vai ter uma farmácia por exemplo? Sendo que ele está em uma área onde tu só entra e sai de barco e tem a questão dos horários de maré, uma embarcação fica no seco e vai esperar até a próxima, a enchente da maré, para sair uma embarcação de lá (ENTREVISTA, 2017).

Um dos comunitários não se furtou a nos dar sua visão enquanto guia de turismo, visto que seu contato, por características inerentes à profissão, é bem próximo aos turistas:

“Nesse período, eu não sei se é governo ou se é o representante aqui dessa área de saúde, o que eu escuto falar da própria comunidade é que no momento não tem nada. [...] Se é ruim para nós, que já depende para sair para fora, imagine para o turista, que é mais sensível (ENTREVISTA, 2017).

Além das condições gerais de saúde e trabalho, a educação também é um elemento citado com frequência durante as entrevistas com os comunitários e motivo de grande preocupação. Uma interlocutora, cujos filhos estudam na

Unidade Integrada São José<sup>x</sup>, explicitou a preocupação com as condições de educação em um questionamento aberto, em que ela poderia acrescentar algo se quisesse, conforme fragmento abaixo:

“Eu acho que, assim, da escola, não é? Da educação que está precária aqui. [...] A prefeitura procurar se lembrar das crianças que estão estudando. Fazer com que tenha mais professores que estão em falta também. E dê oportunidade para as pessoas que estão estudando, que têm muitas pessoas que estão estudando aqui próximo. Estão fazendo Magistério e querem novas oportunidades. Então, eu acho que é isso. Tem professor próximo e a prefeitura não procura se manifestar, enquanto os alunos estão perdendo aula (ENTREVISTA, 2017).

Ao ser questionada sobre quais benefícios espera alcançar com a exploração da atividade turística, remete, novamente a questão da educação e melhores condições de vida:

“Ah, eu espero que, através do turismo, não só para a comunidade, mas para mim, eu espero que possa me ajudar mais, como está me ajudando. Poder botar meus filhos em uma escola para estudar, ser alguém na vida. Porque o pai deles é pescador, mas eu quero mais para eles. Eu quero que seja um doutor, um professor. Então, eu quero que me ajude nessa parte. Não só a mim, mas como os outros que trabalham com turismo, não é? (ENTREVISTA, 2017).

Outro ponto relevante que fica evidente na fala da comunitária é sua preocupação com questões ambientais, como o avanço das dunas e do mar. Essa preocupação permeia praticamente todas as entrevistas realizadas. Durante a pesquisa empírica, observou-se outros aspectos, como por exemplo, o fato de que para alguns moradores o turismo foi o responsável por trazer energia elétrica intermitente para a comunidade.

Essas melhorias na qualidade de vida e uma maior conscientização sobre o ambiente sensível em que vivem, não estariam necessariamente relacionadas ao turismo, mas a atividade acabaria por se beneficiar delas. As políticas públicas que trouxeram essas mudanças foram o Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia e o Bolsa Verde.

Para além dos benefícios, dois comunitários informaram que houve um aumento da violência na comunidade. Pereira (2007) já havia relatado que há entre os residentes da Ilha dos Lençóis um receio de que a comunidade acabe à semelhança do que ocorre no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – em especial à comunidade residente em Barreirinhas – isso porque, os comunitários acreditam que no Leste, há a exploração de um turismo ainda pouco ordenado, disputas fundiárias e especulação imobiliária. Um dos comunitários afirmou “Aqui não é aquele turismo capitalista, é uma renda complementar à pesca” (ENTREVISTA, 2017).

## Conclusão

A principal constatação deste estudo revelou-se no fato de que questões estruturais de saúde, educação, manejo e conservação dos bens naturais são preocupações prioritárias para a comunidade, assim como o recebimento do Seguro Defeso, pois a pesca é sua principal atividade econômica. Observou-se que as comunidades reproduzem internamente as mesmas dinâmicas encontradas em diversas sociedades. Por exemplo, a cadeia produtiva da pesca nos arquipélagos da RESEX é marcada por um número considerável de *atravessadores* e *patrões de pesca* que auferem os maiores lucros provenientes da atividade.

Percebemos que em situações onde é preciso agir coletivamente, como nos primeiros esforços para a consolidação da RESEX, para o fornecimento regular de energia elétrica e recebimento efetivo do Seguro Defeso, os moradores se unem, se engajam e lutam conjuntamente. Acreditamos que isso deve partir das comunidades, através de sua dinâmica interna. Incentivos externos devem favorecer de maneira passiva o protagonismo de agentes internos favoráveis ao desenvolvimento do TBC na localidade, em paralelo ao desenvolvimento de comunidades. Isso quer dizer que o esforço da comunidade em organizar-se deve ser, não apenas observado, mas estimulado, sem perspectiva de controle.

Por habitarem áreas de relevante beleza natural e possuírem um cabedal cultural muito forte, comunidades tradicionais utilizam o TBC como atividade econômica. Projetos institucionais de TBC são difundidos a partir do seu inerente caráter multifuncional, para ser uma estratégia de desenvolvimento econômico e social associada à conservação da biodiversidade, a permanência dos aspectos singulares da comunidade residente, bem como na manutenção de suas condições e qualidade de vida.

Uma vez que o TBC vigente na Ilha dos Lençóis não alcança toda a comunidade e a cadeia produtiva do Turismo é praticamente restrita aos que já o exploravam economicamente, verificou-se que a comunidade ainda não está organizada de fato para poder controlar a atividade como preconizam as diretrizes. Outra questão relevante, reside no fato de que embora a Ilha dos Lençóis esteja inserida no Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás, esta situação, entretanto, não significa na prática o aporte de recursos ou a valorização da atividade, visto que o polo não é divulgado nas feiras nacionais e internacionais promovidas pelo estado do Maranhão, não está presente no site institucional do governo, o acesso para a Ilha é precário e não existia, no momento da pesquisa, um diálogo entre os representantes do poder público com as comunidades, tampouco com o trade turístico para efetivamente realizarem o que é ditado pelo Programa de Regionalização do Turismo, do MTtur.

Na localidade, a ausência de infraestrutura vai sendo paulatinamente vencida pela disposição dos próprios habitantes, aparentemente engajados na ideia do TBC como estratégia de desenvolvimento. Isso depende, contudo, de investimentos e capacitação técnica que possam ao menos mitigar as adversidades provenientes da precariedade de informação e de acesso à Ilha. A adoção do TBC como atividade complementar à principal atividade econômica da Ilha dos Lençóis – a pesca – parece constituir a estratégia mais adequada para o alcance de melhores condições de vida para seus moradores. Realizar

atividades sazonais turísticas – em complementaridade ao período de defeso – reúne as vantagens da diversificação e aumento autônomo no nível da renda dos habitantes com o controle da ocupação do território e com o manejo apropriado dos bens naturais.

Nesse sentido, a organização da comunidade faz toda a diferença no planejamento dos períodos de defeso e em sua fiscalização. O Estado, ao cumprir seu dever de suprir os direitos básicos desses indivíduos, promove a fixação de comunidades pescadoras e reduz o êxodo da região e a concentração urbana, visto que com suas demandas essenciais atendidas, essas pessoas são direcionadas a levar o tipo de vida que desejam, no território em que vivem. Nesse caso também, território é controle por sobre o meio. Mas o conhecimento do meio e o respeito às suas condições físicas, climáticas e ecológicas, além da compreensão de sua formação e dinâmica social, fornece as dimensões por sobre as quais a presença humana se dá com sustentabilidade e desenvolvimento.

### **Agradecimentos:**

Esse trabalho é fruto de pesquisa de Mestrado, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA). Agradecemos a todos os comunitários, analistas ambientais e servidores públicos que contribuíram para a realização desta pesquisa.

### **Referências**

ALVITE, C. M. de C.; VIDAL, M. D.; BORREANI, O. H. P.; BORBA, E. C. M. Perfil da visitação na Ilha dos Lençóis, comunidade de pescadores tradicionais, Reserva Extrativista de Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 4, 2014.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo/Laurence Bardin. **Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições**, v. 70, 2011.

BARROS, J.D.A. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia história**, v. 22, p. 460-475, 2006.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, B. K; COSTA, R; SILVEIRA, C. (org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BRANDÃO, C.A. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M.T.F.; MILANI, C.R.S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009

BRANDÃO, C.A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, J.O.S. **Turismo de base comunitária**: ressignificando a concepção de comunidade. 2014. 214 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. **Institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2016

BRASIL. Decreto S/N de 2 de junho de 2004. **Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Cururupu**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2000.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2000.

CEPAL, N. U. **Panorama social da América latina 2012**: documento informativo. 2012.

CNPT. **Relatório do Seminário Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas**. São Luís, 2012.

CORDIOLLI, M. Consolidando conquistas e construindo o futuro da educação no Brasil. **ComCiência**, n. 132, p. 0-0, 2011.

COSTA, F.W.D. **Territórios costeiros marinhos e as “estratégias de gestão”**: o caso da Resex de Cururupu – MA. São Luís, UEMA, 2015.

DOWBOR, L. A intervenção dos lugares centrais e o turismo ambiental na obra de Christaller. In: LEMOS, A.I.G. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Polis, 2006.

ELIAS, N. **Parte II (Sinopse)**. Sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores. O Processo Civilizador. do Vol.2. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

FABRINO, N.H. **Turismo de base comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FLICK, U.; KARDORFF, E.; STEINKE, A. **Companion to Qualitative Research**. London: Sage, 2005.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. In: LEITE, F. T. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. 3ª Ed. Aparecida-SP, Ideias & Letras, 2008..

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2013.

- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1º sem., 1999.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ICMBIO, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu**. Termo de Referência: 2014.0514.00029-0 – FUNBIO. Aguardando publicação no Diário Oficial do Maranhão, 2016.
- LITTLE, P. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico, in: **Horizontes Antropológicos**, nº 25, p.85-103, Porto Alegre: PPGAS. Martinez-Alier, J. 2009.
- LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, nº 322, Brasília: UNB, 2002.
- MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu**. MMA: Brasília. 2017.
- NUNES, G. A.; PEGLER, G. F.; RANIERI, V. E. L. O engajamento público na pesquisa científica em Áreas Protegidas: da pesquisa à gestão. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 4, 2023.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, v. 20, p. 377-391, 2014.
- PEREIRA, M. J. F. “Filhos do Rei Sebastião”, “Filhos da Lua”: construções simbólicas sobre os nativos da Ilha dos Lençóis. **Cadernos de Campo**, n. 0 13, 2005.
- PEREIRA, M. J. F. A “encantada” Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do fenômeno turístico numa abordagem antropológica. **Revista Pós Ciências Sociais**. v.6, n.12, 2009.
- PEREIRA, M.J.F. **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião**: bens simbólicos e naturais da Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação. João Pessoa, 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- PEREIRA, M. J. F.; TEIXEIRA, G. “Institucionalização e recomposição territorial da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: aberturas e impasses da ação local e da gestão compartilhada” In: AQUINO-TEISSERENC, M.J.S.; SANT’ANA JÚNIOR, H.A.; ERTENCI, N. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.
- PINHEIRO, C.R.S. **O turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em reservas extrativistas**: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA. São Luís: UFMA, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2015.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RÊGO, R. S. **Análise sobre os processos de consolidação da Resex Marinha de Cururupu e a gestão socioambiental compartilhada**. Relatório apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção”. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 03, nº 01, 1997.

SANT’ANA JÚNIOR, H.A., MUNIZ, L.M. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: **Ecos dos conflitos socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SEWELL Jr., W.H. **Lógicas da História: teoria social e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, C. P. **Perspectivas do ecoturismo na Ilha dos Lençóis/MA: tendências e cenários da sustentabilidade**. 2004. Departamento de Oceanografia e Limnologia – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

SOUZA, L. E. S. O Lugar das Crises: Reflexões sobre Meio Ambiente e População a partir da perspectiva Territorial. In: GUEDES, G.; OJIMA, R (Org.). **Território, Mobilidade Populacional e Ambiente**. Governador Valadares: Univale, 2012,

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FEE, 2002.

**Cíntia Raquel Soares Pinheiro**: Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

E-mail: cintiapinheiro03@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4185274068756430>

**Luiz Eduardo Simões de Souza**: Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

E-mail: luizedusouza@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6294050144240748>

Data de submissão: 08 de agosto de 2023

Data do aceite: 16 de outubro de 2023

Avaliado anonimamente

## NOTAS:

<sup>i</sup> No pós-guerra, ainda que diversos países latino-americanos tenham logrado êxito em seus processos de independência, os mecanismos de subordinação econômica com países centrais não foram rompidos, todavia, a sua dinâmica fora modificada. Saídos da condição colonial no século XIX, esses países ainda não haviam criado cultura política e econômica autônomas para empreender seu desenvolvimento.

<sup>ii</sup> Povos e Comunidades Tradicionais sofreram as mais diversas formas de violência legitimada pelo Estado devido ao Projeto Desenvolvimentista “nacional” ocorrido na Amazônia, posteriormente, em meados dos anos 80, cessado também o ciclo da borracha, houve uma explosão no número de UCs nessa região. Para Little (2000): “dado os bruscos fluxos no interesse do mercado capitalista por diversos recursos naturais e mercadorias, as terras que não estão mais na mira das forças econômicas hegemônicas de uma época, podem ser salvas da cobiça pelos seus recursos, mesmo se antes estivessem no epicentro de interesse.”.

<sup>iii</sup> Comunidades constituem-se em exemplos de populações que se distinguem entre si pelos modos específicos de viver e se apropriam de elementos externos, regidos por lógicas e sistemas vistos como impositivos e os transformam em favor de seus próprios referenciais culturais locais (SAHLINS, 1997).

<sup>iv</sup> No Artigo 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, está definido um dos objetivos: “Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica” (BRASIL, 2007).

<sup>v</sup> Em 2 de junho de 2011, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) com o objetivo de erradicar a extrema pobreza no Brasil até 2014. Com um público-alvo estimado em 15 milhões de pessoas para o ano de 2010, perfazendo 7,9 % da população brasileira, que subsiste com renda per capita mensal inferior a R\$ 70,00, o Plano articula mais de 120 ações distribuídas em 20 ministérios e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

<sup>vi</sup> O termo ecoturismo refere-se a um dos diferentes segmentos da atividade turística. Já a expressão “de base comunitária” está associada à forma de organização e ao modelo de gestão do turismo. Foi sugerido ao ICMBio a adoção da expressão Turismo de Base Comunitária (TBC), ampliando assim as possibilidades de arranjos institucionais e segmentos do turismo, desde que o modelo de gestão seja de base comunitária (CNPT, 2012).

<sup>vii</sup> O fomento às iniciativas de TBC ao mobilizar, organizar e fortalecer os atores locais residentes de destinos para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos visa tanto atrair turistas que demandam especificamente este segmento turístico, como agregar valor aos destinos turísticos de cunho mais tradicional, por meio da oferta deste segmento, cujos elementos de preservação e valorização da cultura local, sua identidade e produção são de interesse dos visitantes.

<sup>viii</sup> Projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará que conta com a participação de 10 comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais e dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza (FABRINO, 2013).

<sup>ix</sup> Povos e Comunidades Tradicionais detêm um amplo etnoconhecimento associado à flora e práticas medicinais. Algumas mulheres se reconhecem enquanto parteiras, benzedeiras e curandeiras. Cerca de 40% dos entrevistados no diagnóstico socioeconômico da RESEX, declararam que existem pessoas na comunidade que possuem conhecimentos sobre medicamentos tradicionais, sendo procurados em 80% dos casos de doença. Os males mais tratados pelo conhecimento tradicional são: gripes e resfriados, problemas visuais, auditivos e bucais, lesões dos membros e da coluna, doenças infecciosas, sexuais e mau olhado (ICMBio, 2016).

<sup>x</sup> A Unidade Integrada São José atualmente funciona em uma construção arrendada de um comunitário (anteriormente era a Pousada Filhos da Lua) pela prefeitura de Cururupu, visto que as antigas dependências da escola foram soterradas pelo avanço das dunas. O chefe da RESEX, Eduardo Borba, afirmou em entrevista que a prefeitura não realizou nenhum tipo de estudo prévio antes de iniciar a construção de uma escola de alvenaria. Segundo o chefe, a localização escolhida foi inapropriada devido o avanço frequente das dunas.